

É hora de esquentar os motores

Mais um alerta começou a piscar no painel da economia. O "espetáculo do crescimento" anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, há poucos dias, terá sua estréia adiada, a menos que haja mais estímulos ao mercado interno, para elevação do consumo privado e do investimento empresarial. O aumento da produção ficará entre 1,5% e 1,8% neste ano, segundo a nova estimativa do Banco Central (BC), publicada em seu relatório trimestral de inflação. Na projeção anterior, a expansão prevista podia chegar a 2,2%.

A revisão coincide com a avaliação do mercado financeiro, que reduziu de 1,8% para 1,75%, na última semana, sua expectativa de aumento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003.

O lado bom das novidades é a consistente melhora dos fundamentos da economia no primeiro semestre. O surto de inflação iniciado em meados de 2002 está praticamente liquidado. Seria um exagero usar a palavra deflação, mas vários indicadores de preços têm aparecido com sinal negativo. As contas públicas têm sido administradas com rigor, o superávit primário é maior que o progra-

mado e há uma certa folga de recursos. O dólar, depois de haver chegado a R\$ 4 no ano passado, caiu para menos de R\$ 2,90, recentemente, e seria até conveniente, agora, que o real perdesse um pouco de valor.

A melhora dos indicadores básicos mudou a avaliação do mercado, permitindo que empresários e governo voltassem a captar financiamentos em condições toleráveis no exterior.

Tão importante quanto essa evolução é a mudança nas expectativas de inflação do mercado financeiro. As estimativas vêm diminuindo há várias semanas e vêm convergindo, com rapidez, para as metas oficiais. O IPCA projetado para os próximos 12 meses ficou pouco abaixo de 7%, praticamente coincidindo com a meta ajustada do BC para o mesmo período. No começo do ano, o mercado apontava para uma inflação acima de 12% em 2003, enquanto a meta oficial ajustada ficava em 8,5%. A eliminação dessa diferença mostra que a política antiinflacionária é vitoriosa. O arrocho imposto à economia está sendo penoso, mas a ameaça de uma nova escalada de preços foi afastada. O maior problema, agora, é determinar qual deve

ser o ritmo de redução dos juros, para o País sair do sufoco.

Pelas condições da demanda interna, o risco de novas pressões inflacionárias parece reduzido. O consumo tem caído, segundo indicadores fornecidos por várias fontes. O desemprego tem crescido e a renda dos trabalhadores tem diminuído, apesar da tentativa de recom-

posição salarial de algumas categorias. Ganhos adicionais de renda irão provavelmente para o pagamento de dívidas, para despesas básicas e, talvez, para a recomposição de poupanças. O investimento produtivo também caiu, por causa dos juros altos e da insegurança que dominou a economia mundial e o cenário nacional no primeiro semestre. Os gastos do governo foram contidos, e com muita severidade, porque é necessário fazer caixa para os juros da dívida pública.

O principal fator de dinamismo, quando se consideram os componentes da demanda, tem sido as exportações, que no primeiro semestre renderam 30,4% mais que de janeiro a junho de 2002. A expan-

são deverá ser menor no segundo semestre, segundo previsões do BC e do Ministério do Desenvolvimento. As vendas ao exterior continuarão sendo um importante fator de crescimento, mas será preciso acionar outros motores.

O financiamento do plantio da safra 2003-2004 jogará algum dinheiro no mercado, nos

próximos meses. O programa de microcrédito será provavelmente menos eficaz como estimulante da economia, porque só envolverá R\$ 3,9 bilhões. In-

centivos maiores terão de vir de outras fontes, como a liberação de verbas públicas para investimentos – com aproveitamento da folga orçamentária – e o pagamento das diferenças do FGTS, referente aos expurgos dos Planos Verão e Collor. Um pouco de ousadia na expansão do crédito, combinada com alguma desvalorização cambial, poderá estimular a atividade. Mas será fundamental que a confiança na solidez da economia seja mantida, e para isso será preciso cuidar da agenda de reformas e da modernização institucional do País.

Expectativas de inflação indicam que há segurança para acelerar corte de juros